

REQUERIMENTO Número /XII (.ª)

PERGUNTA Número /XII (.ª)

Assunto: Novas turmas de cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) suspensas para o ano lectivo 2011/2012.

Destinatário: Ministério da Educação e Ciência

Exma. Senhora Presidente da Assembleia da República

O grupo parlamentar do Bloco de Esquerda tem a informação de que algumas escolas do país receberam na semana passada indicações das respectivas direcções regionais de educação no sentido de suspenderem a abertura de novas turmas de cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) e de Formações Modulares Certificadas, nos estabelecimentos de ensino público para este ano lectivo 2011/2012.

Na realidade, a abertura de novas turmas de cursos EFA tem estado envolta em enorme confusão há já algum tempo, ora vejamos:

- Ao longo da última semana de Julho, várias escolas receberam orientações superiores no sentido de não abrirem novas turmas EFA no ano lectivo 2011/2012 - na consequência dessa ordem, alguns docentes foram avisados de que teriam de concorrer ao Destacamento por Ausência de Componente Lectiva (DAKL), com início na primeira semana de Agosto;

- Na tarde de 28 de Julho, novas ordens chegam às escolas, informando de que afinal as escolas poderiam criar novas turmas de cursos EFA - no email que foi enviado é possível ler-se: *as ofertas de dupla certificação de jovens e adultos... não sofrerão qualquer alteração para o próximo ano lectivo face ao que estava planeado;*

- De imediato no dia seguintes, 29 de Julho, as escolas recebem um novo email com ordens contrárias às enviadas na tarde do dia anterior, desta vez informando que a *afecção de recursos humanos a "novos" cursos EFA...devem continuar a aguardar orientações superiores;*

- Como corolário desta odisseia, novo email referente aos cursos EFA é enviado no passado dia 8 de Agosto a todas as escolas públicas e no mesmo é possível ler-se: *a abertura de novas turmas de cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) e de Formações Modulares Certificadas nos estabelecimentos de ensino público, para o próximo ano lectivo (2011/2012), aguarda a conclusão do processo de colocação de professores e ajustamentos normativos nestas modalidades de educação e*

Expeça-se

Publique-se

/ /

O Secretário da
Mesa



formação, designadamente a alteração da Portaria nº 711/2010, de 17 de Agosto.

Vale a pena lembrar que os cursos de Educação e Formação de Adulto são uma oferta de educação e formação para adultos que pretendam elevar as suas qualificações, podendo ser ministrados quer por estabelecimentos de ensino quer pelo próprio Instituto de emprego e formação Profissional. Representam para muita gente a única oportunidade de obter uma maior qualificação, designadamente ao nível do ensino básico e secundário, mas também de obter uma certificação que permita continuar a actividade profissional.

São cursos financiados quase na totalidade por fundos comunitários no âmbito do Eixo 2 - Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida - do Programa Operacional de Potencial Humano.

A menos de um mês de arrancar o ano lectivo 2011/2012, este conjunto de orientações contraditórias por parte das Direcções Regionais de Educação cria no mínimo uma situação caótica para as escolas no que diz respeito à gestão dos cursos EFA - abertura de turmas, afectação de docentes aos cursos e aceitação de novas inscrições.

O Bloco de Esquerda considera urgente que o Governo clarifique em que condições se encontram actualmente os cursos EFA nos estabelecimentos de ensino público e que esclareça as causas desta sucessão de orientações contraditórias enviadas às escolas.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Educação e Ciência, as seguintes perguntas:

1. Tem o Ministério da Educação e Ciência conhecimento da situação descrita?
2. Como explica o Ministério da Tutela num tão curto espaço de tempo, como 15 dias, as escolas tenham recebido sucessivas informações, contraditórias entre si, relativamente aos novos cursos EFA?
3. Confirma o Ministério da Educação e Ciência que seja intenção do Governo de acabar com os cursos de dupla certificação ministrados nos estabelecimentos de ensino público? Se sim, quais os fundamentos que levarão a essa decisão?
4. Pode o Ministério disponibilizar dados relativos ao número de alunos afectados por esta medida, bem como ao número de docentes implicados?

Palácio de São Bento, 19 de Agosto de 2011.

A Deputada

Rita Calvário